



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REF.: PROCESSO Nº 148/90

ASSUNTO: Projeto de Lei 112/90

RELATÓRIO

O Prefeito Municipal encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei 112/90, objetivando autorizar o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares até de Cr\$ 16.315.000,00 sobre o orçamento municipal vigente, assim distribuídos:

- I - Cr\$ 1.315.000,00 para as despesas do Poder Legislativo;
- II - Cr\$ 15.000.000,00 para as dotações inerentes ao Poder Executivo.

Entregue a esta Comissão, emitimos o seguinte parecer.

PARECER

A matéria em tela, no que tange aos princípios da legalidade e constitucionalidade, não apresenta óbice à sua tramitação nesta Casa.

A iniciativa das leis que abram créditos ou que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, são de competência exclusiva do Executivo, conforme dispõe o Art. 84, inciso XXIII, combinado com os Arts. 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição do Brasil.

O Art. 42, da Lei Federal 4.320/64, que diz: os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e aberto por decreto executivo, também, está sendo obedecido pelo projeto em exame, bem como o Art. 167, V, da Constituição Federal que veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

A fim de melhorar a redação dos Arts. 1º e 3º do projeto e evitar ambigüidade de interpretação, sugerimos a seguinte emenda.

EMENDA 001

Art. 1º - Os Arts. 1º e 3º do Projeto de Lei 112/90 passam a vigorar com a seguinte redação: *Aprovado em 26/10/90*



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REF.: PROCESSO Nº

ASSUNTO:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento do Município vigente Créditos Suplementares no valor de Cr\$ 16.315.000,00 (Dezesseis milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros), assim distribuídos:

I -
II -
Art. 2º -

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, ressalvado o disposto no Art. 4º da Lei Municipal nº 798/89, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

CONCLUSÃO

Concluímos, pois, pela legalidade e constitucionalidade do projeto e sugerimos que a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas faça detalhado estudo do aspecto técnico-orçamentário da matéria.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1.990.

RONAN PEREIRA DE ALMEIDA

Relator

MILTON ALVES DA SILVA

Presidente

RUBENS JOSÉ BORGES

Membro

Aprovado em 26/10/90
P. da Câmara de

Presidente da Câmara